



AVALIANDO PARA MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO CEFET-PA

(RELATÓRIO FINAL)



I – DADOS DA INSTITUIÇÃO

1. Nome/ Código da IES:

Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará -

2. Caracterização de IES:

Instituição pública Federal – CEFET

3. Estado

Pará

4. Município

Belém

5. Composição da CPA

NOME	SEGMENTO QUE REPRESENTA (DOCENTE, DISCENTE, TÉCNICO- ADMINISTRATIVO, SOCIEDADE CIVIL)
HELENA DO SOCORRO CAMPOS DA ROCHA*	DOCENTE
MARIA LÚCIA PESSOA CHAVES ROCHA	DOCENTE
JOSÉ RONALDO VIEIRA DA SILVA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
	DISCENTE
	DISCENTE
	COMUNIDADE EXTERNA
	COMUNIDADE EXTERNA

* COORDENADORA DA CPA

6. Período de mandato da CPA :

7. Ato de designação da CPA

Portaria 226/04 – GAB e Portaria /2005;



MEC - SETEC
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA



SUMÁRIO



“Se alguém olha no espelho e não gosta do que vê, a solução não é quebrar o espelho ou deixar de usá-lo, mas melhorar o visual”.

(JULIATO, 1991, p. 136)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Avaliação Institucional tem sido defendida como um mecanismo imprescindível de autoconsciência e de compromisso com o planejamento para a melhoria da qualidade, a democratização e a transparência nas Instituições de Ensino Superior. Com estas preocupações, ela tem se mantido como um dos principais temas na agenda de discussões do Ensino Superior Brasileiro, a partir do final dos anos 1980. No CEFET-PA, as preocupações com a implantação de mecanismos de avaliação institucional passaram a se manifestar desde o início desde 2004 a partir da formação de um grupo de trabalho criado e institucionalizado pela Portaria 226/04 - GAB.

A avaliação institucional aqui, é entendida como a análise do desempenho global da instituição considerando os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da mesma, em seus aspectos social, econômico, político, cultural e ético. Concebe-se a avaliação institucional como um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição. No âmbito institucional entende-se qualidade, como a formação de indivíduos aptos a se inserirem crítica e construtivamente na sociedade e nos processos de sua consolidação e desenvolvimento.

A Avaliação tem como princípios norteadores:

- a) Integração: categoria central da avaliação institucional, tanto no sentido da busca e compreensão de conjunto quanto como ação intencional para construir os nexos e relações entre estruturas e dimensões dos objetos.
- b) Globalidade: a avaliação busca articular internamente o conjunto da instituição (auto-conhecimento institucional).
- c) Respeito à identidade institucional: o projeto deve ser flexível a fim de permitir que a instituição defina as peculiaridades de seu enfoque.
- d) Participação: envolvimento de todos os segmentos da comunidade e da sociedade na qual se insere.
- e) Continuidade: como um processo contínuo de retro-alimentação, cada etapa dá seqüência a uma outra etapa. Adesão voluntária: todos os segmentos da comunidade e da sociedade na qual se insere.
- f) Legitimidade: reconhecimento da necessidade de avaliação e de adesão voluntária da comunidade envolvida.

- g) Operatório estruturante: processo que prioriza mecanismos de construção e elevação da qualidade com vistas ao crescimento da consciência pedagógica.

A avaliação institucional vista como processo constante de repensar a prática pedagógica no CEFET-PA: Norteou--se pelo projeto pedagógico dos cursos; Focou-se no processo e não apenas no produto; Identificou o mérito/relevância e considerar os vários processos internos e externos à instituição; Avaliou todas as situações tradicionais e não tradicionais de aprendizagem; Teve uma visão dos processos diversificados e criou sustentação do processo nos níveis administrativos da instituição; Mobilizou o educador para postura de constante reflexão sobre a sua prática pedagógica e o acompanhamento do educando; Articulou as combinações de princípios, atribuindo-se adequadamente a cada situação as devidas ênfases.

O Programa de Avaliação Institucional do CEFET-PA teve um caráter participativo, ou seja, envolveu todos os atores da comunidade (docente, discente, técnico-administrativo e segmentos representativos da comunidade externa). Desta forma, todos foram co-responsáveis pela condução do processo de avaliação, juntamente com a CPA.

Contudo, apesar destas preocupações, a operacionalização da avaliação institucional tem sido problemática no CEFETPA. De maneira geral, ela vem sendo marcada pela fragmentação entre as iniciativas e as rupturas na trajetória da sua implementação para o conjunto da instituição. Isto tem impedido o aproveitamento sistemático e rigoroso do processo de implementação da cultura de avaliação e, conseqüentemente, em uma fase posterior, após a discussão dos resultados com os segmentos envolvidos. Vislumbra-se o aproveitamento dos resultados encontrados para o planejamento da melhoria da qualidade, a democratização e a promoção da transparência nas ações institucionais.

Esta realidade representa um desafio significativo, para tornar a avaliação institucional um processo estável, regular e permanente de autoconsciência para o planejamento da melhoria da qualidade. O projeto de avaliação institucional aprovado pelo Conselho Diretor e enviado à CONAES em dezembro de 2004 é uma resposta a este desafio. Elaborado com a convicção de que, não há um modelo único e universal de universidade, assume que a referência maior para os processos avaliativos, é cada instituição em sua particularidade e através de seus sujeitos,

contrastando suas conquistas e seu planejamento, sua realidade e seus projetos coletivos.

O CEFET-PA, sendo uma instituição que oferece ensino médio, ensino técnico, ensino superior (Licenciaturas e Tecnólogos), apresenta uma singularidade em relação a esse modelo vigente de instituição de ensino superior, pois atua em vários níveis e modalidades de ensino. Desta feita, a proposta de auto-avaliação engloba a instituição como um todo e, não apenas, o ensino superior.

Isto não significa desconhecer e nem desconsiderar o desempenho alcançado por outras universidades, mas afirmar que é em função da identidade específica do CEFET-PA que se deve interrogar sobre a qualidade, a democratização e a transparência das suas ações, bem como sobre a pertinência das suas relações com a ciência e a sociedade. É pelo exercício crítico e participativo da avaliação que as suas concepções e instrumentos podem ser gradativamente qualificados e legitimados para responder aos desafios do CEFET-PA. É nesta perspectiva que deve ser entendido o presente relatório de avaliação institucional.

O relatório de avaliação institucional que apresentamos, está organizado em três partes principais. A primeira discute as concepções e a metodologia que orientam a operacionalização do processo de avaliação institucional no CEFET-PA. A segunda desenvolve uma breve caracterização do desenvolvimento histórico, bem como dos recursos humanos que formam a comunidade cefetiana. A terceira, analisa as dez dimensões institucionais em torno das quais se concentra a avaliação propriamente dita. Em seu conjunto, o relatório destaca as principais potencialidades para o planejamento institucional do CEFET-PA.

Os resultados aqui encontrados servirão de subsídios para uma discussão de diretrizes e estratégias com a equipe gestora e os Coordenadores de cada curso, bem como, junto aos representantes discentes, técnico-administrativos e da sociedade, sendo desta forma, todos, conjuntamente responsáveis pela realimentação do processo de avaliação institucional no CEFET-PA.

1. CONCEPÇÕES E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CEFET-PA

1.1- CONCEPÇÕES PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na década de 90, são buscadas novas formas de qualidade universitária, onde o sujeito e os grupos institucionais são decisivos para a qualidade (THUNE, 1997). O Brasil está entre os países que iniciaram tardiamente seus instrumentos de avaliação em nível nacional..

Segundo Schwartzman & Schwartzman¹ (2002, p. 7) a difusão da cultura da avaliação, antes restritos à pós-graduação, os processos avaliativos regulados ou a cargo do governo federal se ampliaram, como pode ser demonstrado pela implantação do Exame Nacional de Cursos, pelo Exame das Condições de Oferta e pelos procedimentos para o “reconhecimento de cursos de graduação já autorizados, para a transformação de faculdades integradas em Centros Universitários ou Universidades e para o credenciamento periódico de universidades e centros universitários”. Os autores alertam ainda para o fato de que, embora este conjunto de processos de avaliação possa se mostrar exagerado, a sua implantação poderá ir sofrendo ajustes e colaborar efetivamente para a melhoria da qualidade do ensino superior.

Ao analisar o sistema de avaliação da educação superior no Brasil, Catani, Dourado e Oliveira (2002)² indicam quatro pressupostos para o debate: 1) o sistema de avaliação constituído vem implementando, pouco a pouco, um processo de economização da educação que altera objetivos, valores e processos educativos no campo da educação; 2) o sistema de avaliação instituído amplia o poder de controle do Estado e altera significativamente a lógica de constituição do campo e o relacionamento entre as instituições de ensino superior; 3) as políticas de avaliação estão promovendo mudanças significativas na gestão universitária, na produção do trabalho acadêmico e na formação profissional. Por fim, esses autores (2002, p. 113) chamam a atenção para a avaliação como campo de disputa, ao sinalizarem que esta se constitui em um terreno de contestação importante, porque pode evidenciar

¹ SCHWARTZMAN, S. & SCHWARTZMAN, J. O Ensino Superior Privado como Setor Econômico. 21 de Agosto, 2002. Obtido na Internet em: <http://www.airbrasil.org.br/simon/sapaper.htm> em julho/2005.

² CATANI, A.; DOURADO, L.F. ; OLIVEIRA, J.F. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D.I. (Orgs.). *Avaliação democrática para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-118.

os fins da educação, o conceito de homem e o projeto de sociedade que se quer desenvolver, ainda que, "na prática, a avaliação venha ganhando, no Brasil, grande centralidade como forma de controle e de definição de políticas que estimulam a expansão competitiva no ensino superior".

A disseminação dos conceitos e valores associados à qualidade caminham em paralelo com a consolidação de práticas de avaliação: o que não se mede dificilmente se consegue gerir. A tendência é de que os processos atuais de avaliação do ensino superior a cargo do governo federal sejam revistos e/ou aprimorados e que comecem a conviver com outros processos conduzidos por organizações internacionais, não governamentais, entre outras, possibilitando aos futuros alunos elaborarem suas escolhas com base em uma multiplicidade de fontes de informação e de abordagens.

A disseminação dos conceitos e valores associados à qualidade ("cultura da qualidade") caminha em paralelo com a consolidação de práticas de avaliação: a máxima 'o que não se mede dificilmente se consegue gerir' encontra um número crescente de adeptos.

Creemos que esteja aí um dos grandes desafios da avaliação da educação superior brasileira: o reconhecimento da diversidade institucional; o respeito à identidade institucional; o fortalecimento institucional e a construção de uma cultura avaliativa de natureza formativa, pedagógica, participativa e que promova o "empoderamento" e a emancipação das instituições, firmando ao mesmo tempo, em todas as instituições, sejam públicas ou privadas, a consciência de função pública e de seu compromisso público inarredável com a sociedade brasileira.

A avaliação de cursos e instituições de ensino superior compreende assim as seguintes ações (Decreto nº 3.860):

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I. avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II. avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

- a) grau de autonomia assegurado pela mantenedora;
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
- d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;

- e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
 - f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
 - g) programas e ações de integração social;
 - h) produção científica, tecnológica e cultural;
 - i) condições de trabalho e qualificação docente;
 - j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as propostas adotadas para saneamento de deficiências identificadas; e
 - k) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação; e
- II. avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.
- § 1º A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de seu funcionamento, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:
- a) organização didático-pedagógica;
 - b) corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;
 - c) adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso; e
 - d) bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.
- § 2º As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela constitui uma das ações de avaliação no contexto do Sistema de Avaliação do Ensino Superior Brasileiro. Da mesma forma, as Instituições de Ensino Superior devem atentar para as obrigações de lei implicadas, na medida em que estas ações de avaliação subsidiarão e constituem-se em pré-requisitos nos processos de credenciamento periódicos dessas instituições.

Por outro lado, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal. Particularmente, no CEFET-PA, deve responder em especial às obrigações da busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais pela prestação de contas à sociedade. São estes compromissos que mantêm a avaliação na agenda dos principais temas do Ensino Superior na atualidade.

O desafio maior é tornar a avaliação institucional um processo estável, regular e permanente de autoconsciência no CEFET-PA, um verdadeiro instrumento para o planejamento da melhoria institucional. Isto requer a combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação, o diálogo entre as ações

internas e externas de análise e a ponderação democrática e coletiva de processos e produtos institucionais, sempre em função dos objetivos projetados pela instituição. Não existem receitas prontas e nem instrumentos perfeitos de avaliação institucional. É pelo exercício dialético entre a avaliação e o planejamento institucionais que as suas concepções e os instrumentos podem ser gradativamente qualificados e legitimados para os desafios de cada instituição. Pelos motivos apresentados, defende-se a construção da avaliação institucional pelo processo de seu exercício efetivo.

1.2- METODOLOGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Como o desenvolvimento da avaliação depende do levantamento e da organização de um conjunto de informações sobre dimensões e indicadores de desempenho institucional, cumpre destacar ainda como se deu o envolvimento da comunidade acadêmica neste processo, e as informações nas quais se embasou o presente relatório.

Neste sentido, em primeiro lugar, foi realizado um amplo levantamento de informações disponíveis na instituição. Foram levantadas informações quantitativas e qualitativas relativas às dimensões e indicadores previstos no projeto de avaliação. Embora muitas destas informações se encontrassem dispersas e o CEFET-PA carecendo de um sistema integrado de informação gerencial, o levantamento realizado permitiu reunir um volume satisfatório de informações para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Em segundo lugar, foram organizadas e disponibilizadas as informações relativas ao perfil sócio-econômico e educacional dos novos alunos matriculados. Da mesma forma, foi realizado um amplo levantamento do perfil dos docentes e dos técnico-administrativos que atuam no CEFET-PA, a fim de dimensionar os seus principais limites e potencialidades para o desenvolvimento institucional. Em seu conjunto, estas informações permitiram caracterizar o capital humano da Instituição, viabilizando o planejamento mais realista da sua qualificação e o aproveitamento mais racional das suas habilidades.

Em terceiro lugar, foi pedida documentação às Diretorias, Gerências e Coordenações referentes ao Ensino Médio, Técnico (Integrado), Subseqüente e Superior: Organização Didática; Calendário; carga horária de aulas teóricas e

práticas; regimento dos cursos; currículo; sistema de avaliação planos de curso; Projeto Político-Pedagógico dos Cursos Relatórios Avaliativos da DE referentes ao processo de autorização e reconhecimento dos cursos novos, assim como os já existentes; Relatórios de Avaliação Externa; Infra-estrutura – descrição sucinta; Equipamentos existentes; PDI: Documento e situação em que se encontra hoje no Mec; Planejamento estratégico; Projeto Pedagógico Institucional: PPI; Plano Diretor das Diretorias e Gerências correlatas; Projeto de Criação do CEFET-PA; Decretos de criação do CEFET-PA; Estatuto: Documento e como se encontra o processo junto ao MEC; Regimento Interno; Providências tomadas pela Direção em relação à Avaliação Externa do MEC; Relatório de Sustentabilidade Financeira do CEFET-PA para o corrente ano, dentre outros a fim de subsidiar os trabalhos da CPA.

Contudo, apesar do não atendimento dos pedidos por parte de alguns setores, as informações enviadas pelos demais, permitem vislumbrar a realidade do CEFET-PA, pelo menos em termos amostrais, no que se refere a estes indicadores.

Em quarto lugar, foram aplicados questionários de questões objetivas aos docentes, discentes e técnico-administrativos. Apesar da taxa de retorno dos questionários preenchidos ter sido menor que o número total inicialmente previsto, em termos de representatividade numérica dos entrevistados, os números alcançados foram altamente satisfatórios.

Com base nos princípios norteadores do projeto de avaliação institucional do CEFET-PA, e na abordagem segundo os focos no contexto, dinâmica e resultados, seguem:

- Sensibilização dos atores envolvidos, em todas as etapas do processo, através da realização, entre outros, de seminários, oficinas, palestras;
- Pesquisa bibliográfica e documental, de forma sistemática; Saul, Amorim, Balzan, Bardin, Belloni, Ristoff, Morin, Sobrinho, Demo e os pressupostos do SINAES, CONAES, INEP e MEC.
- Pesquisa sistemática de campo, com levantamento de dados e informações, através de realização de entrevistas, aplicação de questionários, dinâmica de grupo, entre outros;
- Análise e interpretação dos dados, com elaboração de relatórios;
- Divulgação dos resultados junto à comunidade acadêmica e externa.

Com base na situação encontrada na instituição a questão que norteou essa pesquisa foi: As condições do CEFET-PA possibilitam o desenvolvimento de suas ações educacionais?

De forma geral, objetivou avaliar as condições físicas, materiais, financeiras, administrativas e acadêmicas que implicam no desenvolvimento das dimensões pedagógicas, políticas, éticas, sociais e culturais oferecidas aos cursos mantidos pelo CEFET-PA; sensibilizar a comunidade para a adesão ao processo de avaliação institucional; fortalecer a cultura da prática avaliativa no CEFET-PA (interna e externa) a fim de que toda a comunidade participe de forma democrática no cumprimento de sua missão; elaborar um Programa de Avaliação Institucional.

De forma específica visou constatar as condições do CEFET-PA para a criação e execução de ações formadoras a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão; apontar caminhos de caráter pedagógico, político e prospectivo que possibilitem mudanças na realidade a ser avaliada; fornecer subsídios para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional; revelar elementos que permitam a revisão/reformulação das políticas públicas da Instituição; descrever o tipo de formação que os docentes estão alicerçando nos Cursos.

Delineou-se como metas principais:

1- Coletar, analisar e interpretar dados, no período de maio a dezembro de 2005, junto a:

- 30% dos professores, servidores técnico administrativos e alunos do Ensino Médio, Técnico, Tecnológico e Licenciaturas;
- totalidade dos membros da Administração Superior (Direção Geral, Diretores, Gerentes e Coordenadores).

2. Identificar se as condições oferecidas aos cursos do CEFET-PA atendem aos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a fim de atingir a qualidade social.

A pesquisa foi descritiva e desenvolvida na abordagem quanti-qualitativa, com enfoque interpretativo, considerando os seguintes indicadores e variáveis:

- a) Alunos – matriculados, formas de ingresso, evasão, trancamento, reprovação e diplomados;
- b) Professores – número, forma de ingresso, Lotação, titulação, regime de trabalho, produção quanto a ensino-pesquisa-extensão, vínculo, situação atual;

- c) Pessoal Técnico-Administrativo – número, forma de ingresso, carga horária, função, titulação e situação atual;
- d) Organização e estrutura do CEFET-PA – Diretorias, Gerências, Conselhos, Direção Geral;
- e) Organização e estrutura dos cursos - calendário, carga horária de aulas teóricas e práticas, regimento do curso, currículo, sistema de avaliação, planos, biblioteca;
- f) Infra-estrutura e equipamentos.

Os sujeitos pesquisados corresponderam a 100% dos gestores que atuam na Administração Superior e a 30% da totalidade de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, circunscritos à Belém.

Os Instrumentos de pesquisa utilizados foram Formulários mistos específicos para professores, alunos e pessoal técnico-administrativo; (Anexo 1) e Entrevistas semi-estruturadas para a Administração Superior – Direção Geral, Diretorias, Gerências e coordenações de cursos; (Anexo 2).

Os passos que foram efetivados para a consolidação da proposta desta CPA:

- a) Exposição da proposta do Projeto de Pesquisa de Avaliação Institucional para a Administração Superior do CEFET-PA; (dezembro/2004);
- b) Efetivação de encontros com os alunos, professores, e demais servidores, no sentido de esclarecer conceitos, princípios, objetivos propostos, metodologia e estratégias de ações a serem definidos no Projeto de Pesquisa de Avaliação Institucional visando a sensibilizá-los para aderir e participar desta investigação; (abril/2005)

A elaboração do diagnóstico se constituiu de:

- a) Consulta e análise documental do PDI do CEFET-PA, do Plano Diretor das Diretorias, do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos, do Projeto de Criação, dos Decretos, do Estatuto, dos Regimentos;
- b) Elaboração e aplicação do formulário do professor, aluno e pessoal técnico-administrativo;
- c) Elaboração de roteiro para entrevistas semi-estruturadas;

- d) Análise dos Relatórios Avaliativos da DE referentes ao processo de autorização e reconhecimento dos cursos novos, assim como os já existentes; Realização de estudos visando fornecer informações que servirão de base para cruzar os dados obtidos nos formulários, do aluno, professor e demais servidores, nas entrevistas e na Avaliação Externa.

As informações foram coletadas por 4 pesquisadores e 5 auxiliares de pesquisa (estagiários). Os dados foram analisados e interpretados considerando o marco teórico já definido e o conjunto dos materiais produzidos na pesquisa de campo, de modo a permitir a apreensão da totalidade estudada em constante modificação.

As entrevistas foram marcadas com antecedência e realizadas em local e horário acertado de modo que atendessem à disponibilidade dos sujeitos. Houve consentimento dos mesmos, para que as entrevistas fossem gravadas e em seguida realizada a sua transcrição. O resultado obtido precisará ser revisto e discutido com os sujeitos pesquisados, em uma etapa posterior à realização deste relatório para subsidiar as tomadas de decisão.

Para garantir o anonimato dos informantes da pesquisa foram adotados códigos no momento do processo de análise e interpretação das unidades de registro significativas.

Na análise dos dados foram consideradas as categorias que emergiram, tanto do referencial elaborado como do material recolhido junto aos sujeitos pesquisados que ajudaram a compreender a realidade estudada

A Avaliação Institucional do CEFET-PA procurou respeitar as dimensões mínimas previstas em lei, bem como levar em conta outras, a fim de que o processo de avaliação pudesse contemplar as dimensões consideradas mais importantes para o seu desenvolvimento.

A abrangência dessa proposta de auto-avaliação da CPA envolveu dez eixos estruturantes: a) Missão e PDI; b) Políticas para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; c) Responsabilidade Social; d) Comunicação com a sociedade; e) Políticas de pessoal, carreiras e desenvolvimento profissional; f) Organização e gestão; g) Infra-estrutura física; h) Planejamento e Avaliação; i) Políticas de Atendimento ao estudante; j) Sustentabilidade financeira.

Após a construção desse Relatório e debate entre os segmentos envolvidos, a CPA pretende:

- a) Produzir um documento com conhecimentos, reflexões e juízos de valores em relação às condições oferecidas aos cursos do CEFET-PA examinando se a mesma está cumprindo sua missão conforme descrita no PDI;
- b) Construir um banco de dados sistematizando as informações existentes e as novas que serão coletadas, analisadas e interpretadas;
- c) Criar uma cultura de Avaliação Institucional no CEFET-PA;
- d) Organizar 1 comissão permanente de avaliação por UNED para dar continuidade ao processo de avaliação permanente;
- e) Sugerir várias pistas para construção de programas e ações a serem executados para melhorar a qualidade social do CEFET-PA;
- f) Divulgar por meio de um relatório e reuniões os resultados da investigação.

Quanto aos impactos dos resultados, a CPA espera produzir efeitos de ordem qualitativa como:

- a) Sensibilizar a comunidade para apostar na mudança;
- b) Melhorar as relações coletivas entre seus pares, com a sociedade e o mundo que a cerca;
- c) Assumir compromissos com a qualidade social dos cursos garantindo ensino-pesquisa-extensão a fim de atender às necessidades da sociedade;
- d) Ajudar a resolver os problemas detectados pela Avaliação Institucional no que diz respeito às dimensões de ensino-pesquisa-extensão visando melhorar a qualidade social dos Cursos do CEFET-PA;
- e) Contribuir para o seu processo autoformativo;
- f) Estimular novos grupos de pesquisa.

1. BREVE HISTÓRICO

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA, antiga Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA, em sua trajetória de quase um século,

representa o sucesso de uma Instituição de Educação Profissional que vem consolidando seu lugar na comunidade.

Seu início tem como objetivo responder à necessidade da formação de aprendizes das profissões usuais da época e desenvolveu-se pelas exigências crescentes da sociedade, constituindo-se hoje, em um dos mais importantes e conceituados estabelecimento de Formação Profissionalizante.

Criado por Decreto do Presidente Nilo Peçanha em 23 de setembro de 1909 com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Pará, foi instalado em 1910, na Avenida Jerônimo Pimentel n.º 820. Compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria.

Em 1937, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde pública, a Escola de Aprendizes Artífices do Pará passa a chamar-se Liceu Industrial do Pará e em 1942, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebe a denominação de Escola Industrial de Belém. Em 1959, a Escola Industrial de Belém transforma-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. A partir de 1966 passa a atuar com o Ensino Profissional em nível de 2º grau com os cursos técnicos de EDIFICAÇÕES e ESTRADAS ocorrendo a gradativa extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, passa então a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará.

Em 1967, pela primeira vez, a Instituição admite a matrícula de alunos do sexo feminino. Nesse mesmo ano foram criados mais dois cursos: AGRIMENSURA e ELETROMECÂNICA. A denominação Escola Técnica Federal do Pará data de 1968 e coincide com a instalação definitiva na sede atual, situada na Avenida Almirante Barroso, nº 1155, Bairro do Marco.

O curso de SANEAMENTO foi criado em 1969. Em 1970, o curso de Eletromecânica é desdobrado em ELETROTÉCNICA E MECÂNICA DAS MÁQUINAS, hoje apenas MECÂNICA. No ano de 1972, foi criado o curso de TELECOMUNICAÇÕES e, em 1973, o curso de ELETRÔNICA.

Em 1975, a Escola foi solicitada a criar os cursos de MINERAÇÃO e METALURGIA, após a descoberta das jazidas minerais de Carajás e Trombetas e, em 1989, para acompanhar a informatização crescente do setor industrial, foi implantado o curso de PROCESSAMENTO DE DADOS.

A partir de 1995, a Escola passou a atuar em regime anual, sendo reservado o período diurno para o atendimento de alunos egressos do 1º grau em Cursos

Regulares e o noturno, para Cursos Técnicos Especiais, com duração de dois anos, proporcionando a complementação profissionalizante a alunos portadores de Certificados de 2º grau.

Implantou-se, em 1995, os Cursos Técnicos Especiais de Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Metalurgia, Processamento de Dados e Curso Técnico de Trânsito, este último em convênio com o DETRAN/Governo do Estado do Pará, iniciando no segundo semestre de 1996.

A partir de 1998, em consonância com o preconizado no Decreto nº 2.208/97 e na Portaria nº 646/97, implantaram-se cursos técnicos – modalidade pós-médio nas áreas de Química, Radiologia Médica, Registro de Saúde, Pesca e Turismo a fim de atender à necessidade da formação de recursos humanos na área tecnológica.

Em consonância com o desenvolvimento da Região e o surgimento de novos pólos de expansão no interior do Estado, o CEFET implantou em 1987, Unidades Descentralizadas de Ensino Técnico, a fim de atender às solicitações do mercado de trabalho nos municípios de Altamira (Portaria nº 156 de 12.03.87) com o Curso de Edificações. Atualmente ministram-se, também, Cursos de Educação Profissional, em Nível Básico. Solicitado há alguns anos, foi implantada em 1995, a Unidade de Ensino Descentralizada de Tucuruí (Portaria nº 1.769 de 21/12/94) com os cursos de Eletrotécnica, Saneamento e Processamento de Dados.

Em 1980, em convênio com o Parque de Material Aeronáutico de Belém – PAMA-BE, iniciou um Curso Pós-Técnico de Manutenção de Aeronaves. Com a evolução da experiência, o Departamento de avaliação Civil – DAC – criou a primeira Escola de Mecânicas Civas de Aeronaves, em convênio com a ETFPA. A experiência estendeu-se ao Curso de Eletrônica, e, em 1991, formou-se a primeira turma de alunos de Manutenção de Aeronaves, na modalidade Eletrônica. Vale salientar a excelente absorção, pelo mercado de aviação civil, dos técnicos oriundos desse convênio, demonstrando a visão pioneira do CEFET-PA, no atendimento às necessidades regionais.

Os cursos de Lapidação e Artesanato Mineral foram implantados, em 1990, na ETFPA em decorrência de convênio firmado com a PARAMINÉRIOS, órgão da Secretária de Ciência e Tecnologia, para formar mão-de-obra especializada, a fim de atender às necessidades emergentes do mercado de trabalho, em decorrência da implantação de pólo mineral na Região.

A partir de 1991, intensificou-se a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração, objetivando atender a demanda do sistema produtivo e a necessidade de aperfeiçoamento e atualização profissional de jovens, adultos e trabalhadores decorrentes dos novos perfis profissionalizantes.

A partir de 1997, ofereceu-se à comunidade paraense cerca de 75 cursos de Educação Profissional, em Nível Básico, nos diversos setores da economia. Esses cursos são ministrados em Belém e em vários municípios do Estado do Pará atendendo uma média de 3.500 participantes/ano.

Em 1988/1989, em parceria com o CEFET-MG, a ETFPA realizou o “Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte Especial do Currículo de Ensino do 2º Grau” – Esquema I – que habilitou 31 professores deste Centro, na área pedagógica para o exercício do Magistério de 2º grau.

Ao longo de mais de 10 anos, a ETFPA acompanha e avalia estágio de estudantes de Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Pará – UFPA, da Universidade Estadual do Pará – UEPA e da Universidade da Amazônia – UNAMA.

Em 1997, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará e com a Universidade Estadual do Pará – UEPA, foi realizado neste CEFET-PA o Curso de Especialização em Informática Educativa; objetivando a capacitação de Docentes para atuar no Projeto PROINFO/SEDUC-PA. Coube ao CEFET-PA, neste convênio a responsabilidade de cessão de alas de aulas, de laboratórios, software, manutenção dos sistemas e da biblioteca. Foram especializados 70 professores nessa área. Em 1997, através do Decreto nº 2.208/97, foi instituída pelo MEC, a verticalização da Educação Profissional, em níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

Desta forma, através do Decreto datado de 18 de janeiro de 1999 – MEC, a antiga ETFPA foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, com finalidade de atuar no Ensino Médio, nos vários níveis e modalidades da Educação Profissional e da Educação Superior, bem como desenvolver a pesquisa tecnológica, em estrita articulação com setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos da educação continuada.

A partir de Março/2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2.406 de 27 de Novembro de 1997, assume um novo desafio, implantado Cursos Superiores de Tecnologia. Visando, também, atender à demanda regional que aponta para um grande contingente de professores leigos, com escolarização em

nível fundamental ou médio, sem a devida habilitação do Magistério, passa a ofertar os Curso de Licenciatura – Graduação Plena e Curso Normal Superior para a Formação de Professores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental dando ênfase às Ciências e sua Tecnologias, na Sede e nos Municípios de Parauapebas, Tucuruí, Santarém e Redenção. Os Cursos atendem às mudanças propostas pela reforma de ensino.

A proposta pedagógica do CEFET-PA, para Cursos de Licenciatura, tem como objetivo fortalecer a efetiva profissionalização do educador por meio de um eixo comum, representado pelo desenvolvimento de competência básicas que abrangem a especificidade do trabalho do professor, superando a condição de apêndice de bacharelado.

No decorrer dos cursos, são desenvolvidas estratégias de trabalho centralizadas na solução de problemas com o intuito de aproximar o educando do trabalho da investigação científica e tecnológica, associando os problemas de forma contextualizada, através de situações reais ou simuladas.

Após a conclusão do Curso Normal Superior, o professor estará habilitado para ministrar aulas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil e no término dos Cursos de Licenciatura, o professor estará apto a ministrar aulas no Ensino Fundamental e Médio.

A partir de setembro/2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2406/1997, passa a ofertar Cursos Superiores de Tecnologia em Belém e depois na Unidades do interior. Hoje o CEFET-PA oferta 7 (sete) destes cursos de graduação à comunidade paraense.

Em dezembro/2004, foi implantado o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais, objetivando desenvolver o Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização para PNE's (TECNEP) no CEFET-PA.

Assim sendo, entendemos que o Centro Federal de educação Tecnológica do Pará está comprometido com as necessidades e exigências políticas, sócio-econômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o Sistema de Produção e com a Sociedade.

III - DESENVOLVIMENTO

3.1- A Missão e o PDI

No que diz respeito à Dimensão 1 “A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional” – passam a ser destacados os temas relacionados às finalidades, objetivos e compromissos do CEFET-PA, explicitados no próprio PDI, uma vez que constituem a base para a avaliação das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição.

A missão do CEFET-PA está inserida no PDI e se resume em ofertar educação tecnológica com ênfase na trilogia: ensino, Pesquisa e Extensão, visando a formação e qualificação de profissionais para o mundo produtivo, promovendo o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com setores produtivos e a sociedade, no cenário local e regional, sendo capaz de atuar de forma transformadora no âmbito educacional, político e social.

Dentre suas finalidades expressas no documento estão:

- A formação do profissional numa perspectiva moderna e própria de desenvolvimento, numa educação capaz de manejar e produzir conhecimento;
- Amplitude e aprofundamento do conhecimento técnico-científico;
- Formação técnico-científica influenciada por demandas dos setores produtivos;
- A viabilização e a dinamização do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico;
- Foco do processo educativo deslocado do ensinar para o aprender, do que é ensino do para o que é preciso aprender.
- Fomentar o desenvolvimento de programas e/ou projetos de iniciação científica e pesquisa, visando a geração, transferência e aplicação de conhecimentos médio e longo prazo.

A atuação do CEFET-PA, no período compreendido entre 2005 e 2009, está sendo orientada pelos seguintes objetivos:

- A formação do profissional numa perspectiva moderna e própria de desenvolvimento, numa educação capaz de manejar e produzir conhecimento;
- Amplitude e aprofundamento do conhecimento técnico-científico;

- Formação técnico-científica influenciada por demandas dos setores produtivos;
- A viabilização e a dinamização do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico;
- Foco do processo educativo deslocado do ensinar para o aprender, do que é ensino do para o que é preciso aprender.

Ainda, os objetivos estabelecidos para o quinquênio 2005-2009 foram expressos em metas, definidas por áreas de atuação da instituição, a partir de projetos ou programas institucionais estratégicos, estabelecidos pelas Diretorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação. Deste modo, o PDI (2005-2009) é um documento que, em parte, vai consolidar os Planos das Diretorias do CEFET-PA.

Aqui é importante declarar que o CEFET-PA até o momento não elaborou o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), como um documento específico. Deve-se observar que o PDI/CEFET-PA (2005-2009), reúne características de um instrumento de gestão (objetivos, metas, gestão institucional, organização acadêmica e administrativa, infra-estrutura física e acadêmica, avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e cronograma de execução), além de apresentar elementos que o aproximam também de um instrumento de orientação acadêmica (PPI), tais como: histórico, missão, princípios, âmbitos de atuação, concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino.

Contudo, o PDI/CEFET-PA, em vigência, carece de uma programação financeira e orçamentária e da apresentação de sua sustentabilidade econômica, elementos que também são definidos como integrantes desta modalidade de plano, segundo o MEC/CONAES/INEP³. A esse propósito, cumpre mencionar que as IFEs, mantidas pelo MEC/SETEC, não têm autonomia orçamentária nem dispõem das informações que lhes permitam planejar no horizonte temporal do PDI os investimentos a serem realizados nos projetos e metas que constituem o PDI. Assim,

³ Extraído de: MEC. CONAES. INEP. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos. Brasília, DF, novembro de 2005, p. 33-35.

a DAP sugere que o PDI deveria ser considerado pelo MEC ao lado de outros critérios para a alocação de recursos orçamentários.

Nesta perspectiva, estão em discussão os seguintes temas: o Plano Diretor; a estrutura administrativa; que deverão subsidiar a revisão do PDI assim como o estabelecimento dos marcos legais da Instituição (revisão/aprovação do Estatuto e definição do Regimento Geral).

Sobre a participação dos alunos na construção do PDI, após a aplicação dos questionários temos que 46% não souberam informar, 24% não participaram, 21% participaram em parte, 7% participaram efetivamente. Na categoria técnico administrativo, os resultados foram diferentes, haja vista que 36,6% participaram em parte, 26,7% participaram efetivamente, 21,7% não participaram e 15% não souberam informar.

No que tange à participação dos alunos no planejamento estratégico, obtivemos que 41% não participaram, 29% não souberam informar, 23% participou em parte e 6% participaram. Na categoria técnico administrativo as posições são divergentes pois 35% participaram em parte, 28,3% não participaram, 18,4% não souberam informar e 18,3% participaram efetivamente.

Nesse sentido, 32% dos entrevistados afirmaram a representatividade dos alunos desconhece os processos de gestão na hora de tomar decisões, 30% conhece em parte, 28% não sabe informar e apenas 9% conhece o processo. Na categoria técnico administrativo, os resultados não diferem muito da categoria aluno, pois 31,7% não souberam informar, 30% desconhecem esse processo, 28,3 conhece em parte e apenas 8,3% conhecem.

No que tange ao interesse do docente em participar de assuntos de caráter administrativo e de gestão além dos de ensino, 54,5% apontaram um interesse médio, 16,9% apontam um grande interesse e o mesmo número demonstra um pequeno interesse e apenas 11,7% não demonstram nenhum interesse por esses assuntos.

No que concerne ao interesse dos docentes em participar de comissões e/ou reuniões 50% apontam um médio interesse, 25% apontam um pequeno interesse, 13% apresentam um interesse grande e 12% não mostram nenhum interesse.

Ações programadas na	Ações realizadas	Resultados alcançados	Observações:
-----------------------------	-------------------------	------------------------------	---------------------

proposta		Fragilidades	Potencialidades	
Consulta e análise documental do PDI do CEFET-PA, do Plano Diretor das Diretorias, do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos, do Projeto de Criação, dos Decretos, do Estatuto, dos Regimentos;	Consulta e análise documental do PDI do CEFET-PA, do Plano Diretor das Diretorias, do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos, do Projeto de Criação, dos Decretos, do Estatuto, dos Regimentos;	O PDI existe enquanto documento construído por uma Comissão e encaminhado para aprovação pelo MEC, no entanto ainda não conseguiu ser amplamente divulgado na instituição; Não recebemos Plano Diretor de nenhuma Diretoria, apesar de termos encaminhado memorandos; Não existe PPI; O Estatuto foi construído por uma Comissão e encaminhado ao MEC mas não se obteve retorno de sua aprovação;	Projeto Pedagógico dos Cursos existem e foram aprovados no CONDIR; Os do Ensino Técnico foram cadastrados no órgão competente e os dos Cursos Superiores no SAPIENS; Muito embora o Estatuto não tenha sido aprovado no MEC o Diretor Geral já o está fazendo valer na instituição;	
Elaboração e aplicação do formulário do professor, aluno e pessoal técnico-administrativo;	Elaboração e aplicação do formulário do professor, aluno e pessoal técnico-administrativo;	Durante a aplicação a categoria docente foi a que mais colocou resistência para responder;	A categoria aluno e técnico administrativo foram incansáveis e demonstram confiança na atuação da CPA e no futuro da instituição;	
Elaboração e aplicação de roteiro para entrevistas semi-estruturadas;	Elaboração e aplicação de roteiro para entrevistas semi-estruturadas;	Alguns gestores estavam preocupados ainda com a avaliação de pessoas e não da instituição;	A maioria dos gestores aponta rumos para a instituição e encara a avaliação como melhoria para o CEFET-PA;	
Análise dos Relatórios Avaliativos da DE referentes ao processo de autorização e reconhecimento dos cursos novos, assim como os já existentes;	Análise dos Relatórios Avaliativos da DE referentes ao processo de autorização e reconhecimento dos cursos novos, assim como os já existentes;			

3.2- Políticas para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;

Matriz Sintética das Dimensões da Avaliação de Instituições de Educação Superior, instrumento orientador deste relatório, sugere que a avaliação da política para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão tenham como

referência o Projeto Pedagógico Institucional. Aqui, é importante registrar que até o momento, o CEFET-PA não dispõe de um documento consolidado que expresse as políticas institucionais para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, contudo, estas políticas integram o PDI (2005/2009). Assim sendo, este documento se constituiu em fonte de consulta para a avaliação desta dimensão analítica.

Os documentos citados expressam diretrizes que nortearam o PDI, na definição de políticas direcionadas para: (1) democratização de acesso; (2) atendimento à demanda social crescente; (3) ampliação das possibilidades de acesso aos cursos de graduação de grupos sociais historicamente marginalizados; (4) elevação de padrões de qualidade do ensino de graduação; (5) ampliação do quadro docente e melhoria das condições materiais de ensino e de apoio administrativo; (6) reformulação dos currículos com base nas Diretrizes Curriculares; (7) melhoria da educação básica, através de uma formação de qualidade dos profissionais de magistério; (8) institucionalização de processos de avaliação do ensino de graduação.

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações:
		Fragilidades	Potencialidades	
Entrevista com gestores e verificação de documentos	Entrevista com gestores e verificação de documentos	Não existe um documento que estabeleça uma política de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação;	A área de ensino pesquisa e extensão estão em processo de construção de uma proposta de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;	

3.2.3- Políticas de Extensão

A Extensão, assumida como compromisso social, como fator de mudança no sentido de aproximação do CEFET-PA com a sociedade; como aperfeiçoamento das manifestações do saber e da arte; como comunicação efetiva e constante com a comunidade, vem sendo orientada nas Instituições de Ensino Superior pelas diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão.

Publicado em novembro de 1999 (edição atualizada 2000/2001), o Plano Nacional de Extensão define grandes áreas de atuação, como: a) o processo de institucionalização; b) organização da extensão; c) relação com a sociedade.

O **processo de institucionalização** tem se concretizado na medida em que as atividades de Extensão passam a integrar o pensar e o fazer, tanto administrativo como acadêmico institucional, implicando na adoção de medidas e procedimentos que redirecionam as políticas das instituições que atuam com ensino superior no país.

Quanto ao **processo organizacional**, o Plano Nacional de Extensão (1999) aponta a necessidade de criação de uma ferramenta, o Banco de Dados - SIEX Brasil⁴, para atender à demanda de registro das atividades extensionistas, desenvolvidas nas instituições participantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, aberto a toda a comunidade.

Na perspectiva da **relação com a comunidade**, articular extensão e sociedade implica estar dentro e fora da instituição, tornando disponível para a comunidade a produção de conhecimento. As instituições de ensino superior públicas são responsáveis pelo saber, pela formação acadêmica, pela criação dos novos adventos tecnológicos e científicos e principalmente por respostas às necessidades da sociedade. Considerando essa responsabilidade, é através da extensão que essas instituições efetivam o seu compromisso com a sociedade.

Na ausência do PPI, é no Plano Nacional de Extensão e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DIREC) vem buscando diretrizes e orientação, tendo definido como principais atividades aquelas que envolvem principalmente ações de: articulação, arte e cultura, atuação externa, atuação interna, organização acadêmica.

A DIREC do CEFET-PA vem adotando vários princípios para orientar sua política de atuação, destacando-se:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que reafirma a extensão como processo acadêmico, exigindo que nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento;
- a interdisciplinaridade, caracterizada como interação de modelos e conceitos complementares, buscando consistência teórica através de vários conceitos sobre um mesmo assunto, e a cooperação teórico-metodológica entre áreas diferenciadas do conhecimento;
- a bilateralidade na relação com os outros setores da sociedade, em que a universidade há de construir a interação com grupos sociais, empresas e organizações, numa troca de saberes – popular e acadêmico –

⁴ Sobre esta questão, o CEFET-PA vem fazendo uso de um Banco de Dados, SIG – Sistema de Informações Gerenciais e do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ, implantado para registrar e recuperar informações relativas à produção de docentes. Deste modo, não vem alimentando o Banco SIEX Brasil.

favorecendo a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade;

- relação social entre universidade e outros setores da sociedade, uma atuação voltada para a superação de desigualdades e desenvolvimento de políticas públicas.

Quanto às Políticas, o CEFET-PA tem firmado os seus propósitos acadêmicos e sociais junto à comunidade paraense como parte constitutiva de um processo histórico de construção de relações de solidariedade e responsabilidade social. A Extensão vem conduzindo esse propósito desenvolvendo uma política que potencialize a participação de representações de membros da comunidade acadêmica e da sociedade de maneira geral, viabilizando o planejamento, a execução de ações, a captação de recursos e os debates de questões socialmente relevantes.

Os principais programas desenvolvidos pelo CEFET-PA são:

- Inclusão Digital:
-

Atualmente, em parceria com a DES (GCS), a DIREC vem desenvolvendo atividades de extensão na área educacional, tais como:

- **VESTIBULAR SOLIDÁRIO:**

O CEFET-PA, em 2005, acenou com a possibilidade de investir em políticas de ações afirmativas para negros, índios, índio-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e estudantes provenientes das escolas públicas através do Projeto Vestibular Solidário. Além de sempre ter concedido o benefício da isenção de taxas no seu processo seletivo aos candidatos que comprovem que não possuem condições financeiras para o pagamento das mesmas.

- **PICEFET-PA:**

Atualmente foi aprovado através de convênio com a UNESCO e o Banco Mundial o PICEFET (Projeto Inovador de Curso do CEFET-PA), cujo objetivo é contribuir com as políticas afirmativas do Governo Federal para o ingresso de afro-descendentes, índio-descendentes e estudantes carentes aos cursos superiores tanto do CEFET-PA quanto de outras instituições de ensino superior do Pará. Enfim, é importante ressaltar que esta instituição tem envidado esforços no sentido de criar mecanismos que facilitem o acesso e a permanência de todos a esta instituição, procurando respeitar e valorizar a diversidade.

No último processo seletivo aos cursos superiores do CEFET-PA ocorreram 5.096 candidatos como pode ser verificado na Tabela 1:

TABELA 1
RAÇA INSCRITOS

Raça	CANDIDATOS	%
Amarela	587	12
Branca	1.442	28
Negra	1.384	27
Indígena	281	6
Outras	1.275	25
Não respondeu	127	2
Total	5.096	100

FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Do total de inscritos, 28% se auto-declararam brancos, 27% negros, 25% diz-se pertencer a outras raças, 12% se declararam da raça amarela e 6% indígenas. No entanto, 2% optou por não responder ao questionamento, conforme pode ser visualizado na tabela 1 e gráfico 1. Dos aprovados, 34% se auto-declararam brancos, 30% de outras raças, 20% são negros, 10% amarelos, 4% indígenas e 2% optou por não responder ao questionamento (Tabela 2).

TABELA 2
RAÇA CLASSIFICADOS

Raça	CANDIDATOS	%
Amarela	32	10
Branca	117	34
Negra	67	20
Indígena	12	4
Outras	101	30
Não respondeu	6	2
Total	335	100

FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Estes dados indicam a necessidade de ampliação do acesso das minorias ao CEFET-PA, no intuito de fortalecer e reconhecer a diversidade racial e os valores culturais da população brasileira. Além disso, esta iniciativa é importante no sentido de tentar superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, não apenas na educação, como também em outros setores da sociedade.

O PICEFET-PA é um projeto desenvolvido em parceria com a UNESCO/MEC-SECAD visando ampliar o acesso de minorias afrodescendentes, indiosdescendentes e desfavorecidos nos cursos superiores, tanto do CEFET-PA como

de outras instituições do estado. Trata-se de um curso preparatório ao vestibular que está sendo desenvolvido desde abril de 2006 em 900 horas, distribuídos em 200 dias letivos, sendo destinadas 700 horas para disciplinas de Formação Geral e 200 horas para atividades de Valorização Social e Cultural e Étnico Racial. A metodologia de ensino é voltada para as disciplinas de Formação Geral e Formação de Valorização Social e Cultural, com procedimentos metodológicos permitindo fácil acesso a aprendizagem na aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e certamente contribuir para o alcance do objetivo geral do projeto.

Os conteúdos das disciplinas de Formação Geral estão em consonância com a LDB 9394/96 e a partir destes, serão incorporados os conteúdos de Formação e Valorização Social e Cultural Étnico e Racial, que serão desenvolvidos através de: leituras de livros e textos, revistas, filmes, vídeos, palestras, debates, discussões que abordem sobre a temática em questão, visitas a ONGS, Museus, Movimentos negros e indígenas; Trabalho de pesquisa de campo em Comunidades de negros e índios da região.

O PICEFET objetiva ampliar as condições de acesso e permanência de acesso de afrodescendentes e indígenas no ensino superior. De forma específica visa proporcionar reflexões sobre a temática da Valorização racial e étnica; conhecer legislação contra preconceito de negros; vivenciar a realidade de afrodescendentes e indígenas; perceber que o conhecimento pode e deve ser acessível a todos; promover espaço de informações acerca da problemática racial; desenvolver interesse pela realidade sociocultural dos afrodescendentes e indígenas; estimular criação de dispositivos de combate racial; comparar condições de vida entre comunidades visitadas; promover interdisciplinaridade das disciplinas: língua portuguesa, geografia, sociologia, filosofia, história, matemática; criar, criticar, denunciar, almejar; conhecer mais sobre a cultura de negros e índios; conhecer projetos de combate ao racismo; promover a auto-estima do aluno; qualificar docentes para o desempenho das atividades de Formação e Valorização Cultural Social Étnica e Racial.

A avaliação do curso está favorecendo o acompanhamento e controle das ações desenvolvidas. Foi organizado um espaço e tem um cronograma que favorece reuniões mensais entre coordenadores, entre professores, entre coordenador pedagógico e professores, entre coordenadores e professores. Em relação aos

alunos terá um teste simulado bimestralmente, além das observações feitas pelos professores nas atividades de sala de aula no decorrer do curso.

Para a seleção de alunos para o PICEFET o candidato apresentou: xerox da carteira de identidade; certidão de nascimento; 1 foto 3x4; Comprovante de Residência (água, luz ou telefone); comprovante de renda familiar; Preenchimento de um formulário; Foi selecionado o aluno afrodescendente, indígena e com menor renda familiar.

As bolsas de manutenção foram destinadas aos alunos que preencheram os seguintes requisitos: Atender os requisitos de ser afrodescendente ou descendente de indígenas, além de ter estudado em escola pública; ter renda mensal familiar do aluno inferior a um salário mínimo; o Baixo nível educacional dos pais; Comprovante de membros da família portadores de necessidades especiais; Condição do imóvel de moradia e dos bens materiais dentro do lar (constatado através de visita domiciliar).

O projeto está na metade de seu percurso, mas isso nos permite afirmar que é grande a procura de pessoas desfavorecidas lutando para o ingresso no ensino superior. Pode-se destacar o caso do CEFET-PA que ofertou em 2006, 335 vagas, com uma concorrência desigual entre 5.096 concorrentes.

- **Ação e Cidadania – Esporte, Cultura e Lazer:**

Projeto executado em parceria com várias instituições públicas, que objetiva proporcionar à comunidade serviços básicos como emissão de documentos e consultas médicas, concomitantes à atividades lúdicas, com perspectiva de atingir 400 pessoas.

- **Ambiente e Arte Gráfica no CEFET:**

Projeto que visa à integração dos alunos do curso técnico em design com a sua área de trabalho, através da contribuição para a sinalização das áreas do CEFET/PA.

- **Arte e Cultura:**

Instrumento de inclusão social por meio de atividades culturais e artísticas da população no entorno do CEFET/PA, com o objetivo de atingir em média 200 pessoas.

- **Mata Fome:**

Projeto realizado em conjunto com as Universidades (UEPA, UFPA, CESUPA, UNAMA), onde se desenvolve atividade de capacitação dos moradores da comunidade às margens do Igarapé Mata Fome.

- **Cozinha Brasil:**

Orientação, quanto aos participantes, da importância do bom aproveitamento dos alimentos, evitando-se desperdícios. Projeto desenvolvido em parceria com o SESI.

- **Curso de Montagem e Manutenção Básica de Microcomputadores:**

O curso de montagem e manutenção básica de microcomputadores foi idealizado para capacitar pessoas de baixa renda, a fim de que as mesmas tenham mais uma opção de inserção no mercado de trabalho, atendendo uma média de 60 pessoas.

- **Projeto Pró-Ensino:**

Idealizado para atender comunidades de baixa renda, com a finalidade de proporcionar oportunidades de o aluno de baixa renda ingressar nos cursos técnicos do centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA, atendendo 250 pessoas.

- **Projeto Verão:**

Integração das populações onde o projeto é executado, proporcionando, no período de férias escolares atividades de esporte, lazer e cultura.

- **Telecentro – Inclusão Digital:**

Curso de Informática Básica, Sistema Operacional Linux, que objetiva capacitar pessoas de baixa renda, oferecendo assim, um mecanismo de ingresso no mercado de trabalho, a cada ciclo de turmas são assistidos em média 120 pessoas.

- **UNIAFRO:**

A pesquisa centra-se nos CEFET da região Norte e Nordeste, ao todo são treze e busca perceber em operação os mecanismos de reprodução das desigualdades raciais geradas pelo sistema de seleção adotado na maior parte das instituições públicas de ensino brasileiras e que parece compor um relevante fator para a manutenção do quadro histórico de disparidades raciais no campo educacional como já indicado por outras pesquisas. Busca também, atender aos propósitos que asseguram o direito de igualdade de condições de vida e cidadania aos afrodescendentes servindo de estimulador de dispositivos que apontem para a necessidade de diretrizes que orientem para a criação de espaços que formem sujeitos éticos, solidários e justos para combater a desvalorização de negros na sociedade.

De forma específica busca mapear a exclusão sócio-étnico-racial nos CEFET no norte e nordeste do país; promover curso de formação continuada em história do Negro no Brasil e desenvolver um programa de acompanhamento de estudantes afrodescendentes do ensino médio no CEFET-PA por grupos de alunos das Licenciaturas da instituição. O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB) recentemente criado no CEFET-PA é encarregado da execução da pesquisa.

O UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior visa apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros-NEABs ou grupos correlatos das Instituições Públicas de Educação Superior, contribuindo para a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Objetiva apoiar propostas desenvolvidas pelos NEABs e grupos correlatos que visem a articular a produção e difusão de conhecimento sobre a temática étnico-racial e o acesso e permanência da população afro-brasileira no ensino superior de modo a: Incentivar ações de mobilização e sensibilização de instituições de ensino superior com vistas à implementação de políticas de ações afirmativas; Contribuir

para a formação de estudantes afro-brasileiros nas instituições de Educação Superior, em especial as que adotam sistema de reserva de vagas. Estimular a integração das ações de implantação das diretrizes curriculares étnico-raciais, conforme o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/001/2004, em todos os níveis de ensino.

O CEFET-PA é a única instituição da região norte contemplada com o financiamento do MEC/SESU. A área de abrangência da presente proposta é a região norte e nordeste, mais precisamente os CEFET – CENTRO DEFERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, que atuam na educação profissional a nível médio e técnico e também na educação superior através da oferta de Licenciaturas e cursos de Tecnologia. Ao todo se constituem de 12 CEFET na região de abrangência: Alagoas, Amazonas, Pará, Bahia, Roraima, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Como pode ser verificado na figura 1.

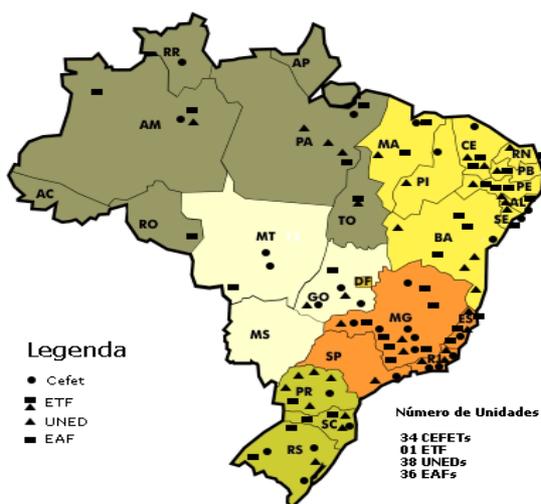


Figura 1: Rede Federal de Educação Tecnológica. Fonte: MEC.

Segundo o censo escolar 2005, na educação profissional o número de brancos matriculados é significativamente maior do que o de negros. A iniciativa do INEP de incluir o quesito cor no censo deste ano está de acordo com as ações que o Governo Federal se comprometeu a adotar em função de reivindicações do Movimento Negro.

Além disso, o próprio CEFET-PA é uma área onde pretende-se realizar duas outras ações mais específicas: Promover curso de formação continuada em história do Negro no Brasil e desenvolver um programa de acompanhamento de estudantes afrodescendentes do ensino médio no CEFET-PA por grupos de alunos das

Licenciaturas da instituição. Dessa forma, o público alvo na formação continuada serão docentes e técnico-administrativos do CEFET-PA (100) e os alunos negros do ensino médio e técnico do CEFET-PA que serão acompanhados durante o ano letivo de 2006 a fim de radiografarmos os índices de ingresso nos cursos superiores.

A última avaliação institucional realizada no CEFET-PA aponta um percentual de 40% de alunos negros no ensino médio advindos de famílias carentes e de bairros de periferia localizados na região metropolitana de Belém.

Como o CEFET-PA atua com nível médio e técnico, estaremos averiguando como se dará a inserção de negros na educação superior através de acompanhamento dos mesmos na rede federal de ensino a nível de norte e nordeste e, para isso, contamos com o apoio da REDENET e do CONCEFET através de criação de um GT entre os dirigentes dessas instituições alvo da pesquisa e também de articulação no mapeamento proposto, a fim de avançarmos na proposição do sistema de cotas nos CEFET baseados em estudos empíricos e dados consistentes.

A pesquisa encontra-se em andamento desde julho de 2006 com a preparação de questionário fechado que está sendo encaminhado aos 12 CEFET elencados acima. No que tange ao CEFET-PA está sendo aplicado um questionário à totalidade de alunos matriculados na instituição.

Concluindo, registra-se mais uma vez que a extensão é o entrosamento com a sociedade, com a comunidade, onde a extensão pode ser exercida em sua plenitude, sendo sua missão fundamental, dar respostas às necessidades da sociedade. O grande desafio das IES atualmente é conseguir envolver os docentes e os alunos em uma ação interativa com as comunidades, diminuindo assim, o fosso das diferenças sociais existentes.

3.3- Responsabilidade Social

A responsabilidade social da instituição, percebida na perspectiva de sua contribuição à inclusão social constitui o enfoque avaliativo desta dimensão. O CEFET-PA vem desenvolvendo múltiplas ações no que concerne à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, contudo, nesta avaliação institucional foi priorizada a política de inclusão social, envolvendo os Programas de Ações Afirmativas e de Inclusão Digital.

Para a avaliação desta dimensão foram utilizados vários documentos institucionais como o PDI, Relatório de Avaliação da Extensão, Programa de Ações Afirmativas, Relatório Bolsista/DIREC sobre Inclusão Digital ⁵.

O PDI inclui entre seus projetos prioritários a criação de alternativas de ação social, enfatizando a necessidade de construção de subsídios para decisões sobre uma política de cotas de ingresso através do Vestibular. Esta decisão vem concretizar o desejo de segmentos da comunidade que desde a década de 90 vinham tentando iniciar o debate sobre políticas de ações afirmativas para pobres, negros e índios sem encontrar eco na instituição.

Entre estes grupos, destaca-se o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB-CEFET-PA) que em 2006 buscou, junto com a DIREC e a DE, a abertura desse debate; bem como a Coordenação de Educação que vem desenvolvendo pesquisas sobre as desigualdades raciais, desde 2005.

O NEAB-CEFET-PA surgiu através de questionamentos na instituição acerca da quantidade de afro-descendentes que ingressavam no CEFET-PA, no ensino médio (técnico) e superior (Licenciaturas e Tecnologias) como uma tentativa de construção de um plano de ingresso mais justo para as minorias étnicas desfavorecidas, no ano de 2005 e foi legalmente instituído através de Portaria da Direção Geral. A partir do exposto, pretendemos contribuir para debates sobre a ampliação da democratização de acesso no âmbito do CEFET-PA, sinalizando seu empenho institucional, com responsabilidade, com a inclusão social e excelência acadêmica, por meio das ações e políticas acima elencadas e aprovadas.

O grupo é composto de docentes que se auto-afirmam negros sendo: 1 doutor em Engenharia Elétrica, 1 Doutorando em Psicologia Experimental, 1 mestre em Química e 4 especialistas.

Apontamos, ainda, a necessidade de compromisso do poder público com o apoio a iniciativas que caminhem na direção de um ensino de qualidade e não apenas para medidas imediatistas e conjunturais, que pouco poderão contribuir para a reversão do quadro injusto e preconceituoso que impera na educação brasileira.

Após a implementação do NEAB o CEFET-PA vem delineando rumos no sentido de buscar implementar ações afirmativas, tais quais: a) Vestibular Solidário; b) PICEFET-PA; c) UNIAFRO;

O Programa é bem mais amplo que o sistema de cotas, sendo integrado por uma diversidade de ações, prevendo: (a) o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio; (b) o apoio a atividades preparatórias da clientela de escolas públicas, de índio-descendentes, de afro-descendentes para o processo seletivo; (c) a adoção de medidas de suporte à permanência bem sucedida dos estudantes nos diversos cursos; (d) atividades de qualificação e orientação de concluintes e egressos com vistas a favorecer seu acesso e (ou) sua inserção no mundo do trabalho.

Ainda, na perspectiva das políticas de inclusão social destaca-se a **Inclusão Digital**, entendida como a possibilidade de acesso dos cidadãos de uma sociedade às tecnologias de comunicação e informação, que incluem, entre outras, os computadores e serviços de internet.

No CEFET-PA, particularmente a DIREC, em parceria com a GTI e cursos da área de Informática com o objetivo de levar à população carente a oportunidade de interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vem desenvolvendo no ambiente escolar programas e projetos de inclusão digital,

O compromisso do CEFET-PA com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital, pode ser percebido nos planos de trabalho e na execução de projetos voltados para a discussão e a implementação de ações que tocam de modo direto ou indiretamente na questão da inclusão social.

Quanto às Ações Afirmativas destacam-se vários projetos, iniciados em 2005, relacionados aos eixos temáticos do programa:

Eixo1 - Ações voltadas para a preparação dos candidatos ao Concurso Vestibular, destacando-se aqui a contribuição do CEFET-PA para a melhoria da qualidade da educação ministrada em escolas públicas que oferecem ensino fundamental e ensino médio envolvendo, formação inicial (Cursos de Graduação – Licenciaturas² e Curso Normal Superior) e formação continuada de professores.

Sobre as Licenciaturas e o Curso Normal Superior, o CEFET-PA assinou convênio com as Prefeituras de Redenção, Parauapebas, Tucuruí para a oferta de sete cursos de Licenciatura: Biologia, Geografia, Física, Matemática, Química e Normal Superior, além dos cursos de Tecnologia em Saúde Pública e Informática. O objetivo era graduar professores que integram o quadro permanente da rede pública estadual e municipal, em exercício da docência nas séries finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em escolas situadas nos municípios citados, sem a

habilitação mínima exigida por Lei. Os cursos foram iniciados em 2000 e tiveram a duração de seis semestres letivos.

Eixo 2. Ações voltadas especificamente para a realização do Concurso Vestibular, buscando a criação de condições objetivas para o acesso ao vestibular, tais como: (a) ampliação do quantitativo de isenções de taxa de inscrição oferecido pelo CEFET-PA para o Concurso Vestibular (o número de isenções no processo seletivo 2006 foi 100); (b) Oferta de curso pré-vestibular para portadores de deficiência e minorias desfavorecidas economicamente (VESTIBULAR SOLIDÁRIO); oferta de curso pré-vestibular para afrodescendentes, índio-descendentes e minorias economicamente desfavorecidas com bolsa de estudos para

Eixo 3. Ações voltadas para o favorecimento da permanência dos aprovados, implementando mecanismos de apoio para que eles tenham condições de trabalhar e estudar, ou simplesmente de se dedicar ao curso escolhido, como: concentração da oferta de componentes curriculares dos cursos em um único turno; ampliação da oferta de cursos noturnos; reforço à política de assistência estudantil (quanto às atividades desta natureza, a DIREC registrou que a oferta ainda tem sido insuficiente para as necessidades e demandas dos discentes de baixa renda atendidos, incluindo, bolsa de estágio).

Eixo 4. Ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das políticas adotadas envolvendo levantamento e organização de dados estatísticos que subsidiem relatórios avaliativos quanto aos resultados da adoção de políticas afirmativas no CEFET-PA, orientando a manutenção, a ampliação/potencialização ou a revisão das medidas adotadas, tais como: realização de estudo sobre o perfil sócio-econômico dos estudantes ingressos no percentual de cotas, para orientar a adoção e o desenvolvimento das ações; realização de estudo de egressos, para avaliar a inserção no mundo do trabalho dos beneficiados com bolsa estágio.

4.3.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

4.3.2.1 Responsabilidade social no ensino

O CEFET-PA vem desenvolvendo projetos voltados para o ensino, cuja temática tem aproximação com a inclusão digital, com o Teatro e Dança e com as leituras obrigatórias para o Vestibular.

No questionário aplicado aos docentes em 2005 32% dos entrevistados apontam que o CEFET-PA vem cumprindo a função formadora qualificada para o mundo do trabalho integrando ensino, pesquisa e extensão, 27% apontam que a instituição vem cumprindo em parte, 25% apontam que não e 16% não sabem informar.

Quando argüidos se o CEFET-PA vem respondendo, dentro de suas possibilidades, aos problemas econômicos, políticos e sociais primordiais que são apresentados pela sociedade, 40% dos docentes apontaram que não, 32% responderam em parte, 16% afirmaram que sim e 12% não souberam informar..

Nessa linha, 46% dos docentes não souberam informar se o CEFET-PA vem promovendo o desenvolvimento do “pensamento complexo” a fim de ter percepção contextual e global da realidade para enfrentar os desafios das mudanças necessárias à realidade social, enquanto que 33% apontaram que não, 12% em parte e 9% apontaram que sim.

Quando perguntados se o CEFET-PA vem assegurando, em sua função formadora, o desenvolvimento humano com base na “ética da tolerância e da compreensão” para construir a competência técnica e política, 31% responderam que não, 30% informaram que em parte, 29% não souberam informar e 10% responderam que sim.

Nessa linha 33% dos entrevistados afirmam que o CEFET-PA vem oferecendo um Curso desvinculado da realidade precisando repensar sua qualidade, em parte, 30% são contrários a esta proposição, 25% não souberam informar e 12% mostram-se favoráveis à afirmativa.

4.3.2.2 Responsabilidade social na extensão

As estratégias que garantam a permanência, no CEFET-PA, dos alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda familiar, caracterizam-se como de importância máxima para as expectativas dos ingressantes na instituição e daqueles que, embora não tenham ingressado por um sistema de reserva de vagas inexistente na instituição para egressos de escolas públicas, negros e índios descendentes, também vivenciam problemas de ordem econômico-financeira, haja vista que as dificuldades econômicas têm sido apontadas como uma das causas mais determinantes da evasão escolar no CEFET-PA.

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações:
		Fragilidades	Potencialidades	
Entrevista com gestores e verificação de documentos	Entrevista com Gestores	Ausência de Plano de Ingresso	A instituição mostra a responsabilidade social na extensão e na pesquisa, mas o ensino precisa efetivar plano de ingresso	

3.4- Comunicação com a sociedade;

Nesta etapa de execução do projeto de auto-avaliação institucional, a CPA definiu como prioridade a realização de um Estudo de comunicação externa e interna.

A categoria técnico-administrativo aponta que a comunicação interna se dá prioritariamente através de conversa com outros colegas de serviço, comunicação informal, para 41,7% dos entrevistados, seguida de 33,3% que apontam que a comunicação se dá formalmente através de ofícios, memorandos e comunicações internas, 16,7% apontam que a comunicação acontece através de Boletins informativos e avisos em quadros e apenas 6,6% apontam as reuniões, encontros e palestras com seus superiores.

Já na categoria docente a comunicação interna é considerada regular por 37% dos entrevistados, boa para 32%, insuficiente para 18% e ótima para 13%.

Quanto aos alunos, a comunicação interna é considerada regular para 38% e insuficiente para 37%. No entanto, 22% apontou como boa e 3% como ótima.

No que concerne à comunicação externa, temos uma fragilidade relacionada ao web site da instituição que por motivos técnicos não tem um funcionamento de acordo com o esperado.

Além da avaliação “muito positiva” da imagem institucional geral, situam-se na escala de avaliação nos níveis “muito positiva” e “positiva” imagens relacionadas a seis dimensões/itens pesquisados: **corpo docente** - competência dos professores; titulação acadêmica, qualidade do ensino, compromisso do professor com a instituição; **produção científica** – número de pesquisadores, incentivo à pesquisa na formação dos alunos, quantidade e qualidade de publicações científicas, importância das pesquisas para a sociedade; **corpo discente** – ingressos mais preparados pelo ensino médio, exigência e rigor do processo seletivo, oportunidade de acesso a estudantes mais carentes, participação dos estudantes na vida política

da sociedade; **qualidade da formação profissional** – oferta de cursos de graduação relevantes para a sociedade, preparação de bons profissionais para o mercado de trabalho, formação de profissionais com maior capacidade crítica, oferta do melhor elenco de cursos de mestrado e doutorado; **relação com a sociedade** – interação com empresas, setor produtivo, movimentos sociais e setores organizados da sociedade, presença na vida cultural da Bahia, compromisso social; **gestão universitária** – qualificação dos gestores; práticas democráticas de gestão.

No que tange aos alunos, a impressão positiva para a imagem institucional é que 58% apontam que escolheram o curso por aptidões pessoais.

Outra impressão positiva, mas que precisa melhorar é a orientação e acompanhamento por parte da coordenação do curso onde 30% dos alunos entrevistados acham insuficiente, 28% bom, 27% regular e 14% ótimo.

Em relação à orientação e acompanhamento por parte da Gerência Pedagógica, 43% dos alunos entrevistados apontam como insuficiente, 33% como regular e 21% como bom, mas há que se considerar o quantitativo de servidores alocados nesse setor, pois se constituem em 5 pedagogas para atender a mais de 3 mil alunos.

O atendimento por parte da GIRAD também teve uma impressão negativa na visão dos alunos, pois 36% apontam como insuficiente e 35% classificam como regular, sendo que apenas 22% classificam como boa e 5% como ótima.

Outra impressão negativa constitui-se na representação estudantil nos órgãos colegiados da Instituição que obteve apreciação insuficiente por parte de 45% dos entrevistados, 37% como regular. A atuação do Grêmio estudantil e do DCE teve impressão negativa por parte de 49% dos entrevistados que classificaram como insuficiente, seguida de 38% que classificaram como regular.

A biblioteca da instituição obteve impressão positiva nas condições gerais (físicas) da biblioteca (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza) sendo classificada como boa por 44% dos entrevistados e ótima para 14% deles. A organização e acesso ao acervo da biblioteca também obteve impressão positiva para 36% que classificaram como boa e 30% como regular. Outra impressão positiva foi o horário de atendimento da biblioteca que obteve impressão boa por parte de 45% dos entrevistados e 25% como regular, seguida de 16% de impressão ótima. O atendimento dos funcionários da biblioteca teve impressão positiva considerada boa para 43% dos entrevistados, regular para 26% deles e ótima para 13%..

Obtiveram impressão negativa a atualização do acervo da biblioteca que foi considerada insuficiente por 44% dos entrevistados e regular por 30% destes. O atendimento informatizado da biblioteca teve impressão negativa visto que 36% dos entrevistados consideraram insuficiente e 31% consideraram regular.

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações:
		Fragilidades	Potencialidades	
Aplicação de questionário	Aplicação de questionário, entrevista e observação direta	Ausência de informativo – jornal das ações dos gestores e um web site funcionando de forma insuficiente	A comunicação acontece através de documentos oficiais - memorandos	

3.7- Infra-estrutura física;

Uso das tecnologias de informação e comunicação no processo ensino/aprendizagem

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	17	3
Bom	92	14
Regular	211	38
Insuficiente	321	50
Não opinou	2	0
Nulos	1	0
Branco	3	0
Total	647	100

Disponibilidade de equipamentos de informática para o processo ensino/aprendizagem

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	13	2
Bom	74	11
Regular	160	25
Insuficiente	396	62
Não opinou	2	0
Nulos	1	0
Branco	1	0
Total	647	100

Condições de infra-estrutura para permanência do aluno no CEFET fora do horário de aula

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	32	5
Bom	156	24
Regular	206	32

Insuficiente	249	39
Não opinou	3	0
Nulos	0	0
Branco	1	0
Total	647	100

Área de convivência social

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	44	7
Bom	233	36
Regular	224	35
Insuficiente	143	22
Não opinou	1	0
Nulos	0	0
Branco	2	0
Total	647	100

Instalações para práticas desportivas

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	49	8
Bom	248	38
Regular	227	35
Insuficiente	116	18
Não opinou	1	0
Nulos	2	0
Branco	4	1
Total	647	100

Condições gerais dos prédios (salas de aula, instalações sanitárias e outros)

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	27	4
Bom	197	31
Regular	255	40
Insuficiente	163	25
Não opinou	1	0
Nulos	3	0
Branco	1	0
Total	647	100

Condições das instalações dedicadas à prática ou a experimentações (laboratórios, ateliês)

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	25	4
Bom	166	26
Regular	248	39
Insuficiente	203	31
Não opinou	2	0
Nulos	1	0
Branco	2	0
Total	647	100

Assistência saúde/odontológico

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	23	4
Bom	111	17
Regular	201	31
Insuficiente	298	45
Não opinou	4	1

Nulos	0	0
Branco	10	2
Total	647	100

Serviços psicológicos/Assistência social

Respostas	Nº absoluto	%
Ótimo	16	2
Bom	120	19
Regular	204	32
Insuficiente	290	44
Não opinou	4	1
Nulos	2	0
Branco	11	2
Total	647	100

TAMotivo para a escolha do CEFET como local de trabalho:

Respostas	N.º Absoluto	%
Prestígio social	0	0,0
Identificação com área de atuação	16	26,7
Possibilidades de melhorias salariais	6	10,0
Outros motivos	37	61,6
Não opinou	1	1,7
Total	60	100,0

05. Dimensões do espaço físico

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	18	30
Bom	23	38,3
Regular	11	18,3
Insuficiente	8	13,4
Total	60	100,0

06. Iluminação

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	9	15,0
Bom	32	53,3
Regular	12	20,0
Insuficiente	7	11,7
Total	60	100,0

07. Acústica

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	9	15,0
Bom	30	50,0
Regular	14	23,3
Insuficiente	7	11,7
Total	60	100,0

08. Ventilação

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	12	20,0
Bom	27	45,0
Regular	16	26,7

Insuficiente	5	8,3
Total	60	100,0

09. Limpeza e manutenção

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	7	11,7
Bom	36	60,0
Regular	14	23,3
Insuficiente	3	5,0
Total	60	100,0

10. Mobiliário

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	5	8,4
Bom	15	25,0
Regular	26	43,3
Insuficiente	14	23,3
Total	60	100,0

11. Equipamentos / recursos tecnológicos

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	6	9,9
Bom	16	26,7
Regular	22	36,7
Insuficiente	16	26,7
Total	60	100,0

12. Material de consumo

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	5	8,3
Bom	23	38,3
Regular	24	40,0
Insuficiente	8	13,3
Total	60	100,0

13. Quantitativo de recursos humanos

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	3	5,0
Bom	16	26,7
Regular	23	38,3
Insuficiente	17	28,3
Não opinou	1	1,7
Total	60	100,0

14. Cantina e/ou restaurante

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	1	1,7
Bom	3	5,0
Regular	8	13,3
Insuficiente	47	78,3
Não opinou	1	1,7
Total	60	100,0

15. Instalações sanitárias

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	4	6,7
Bom	21	35,0
Regular	19	31,6
Insuficiente	16	26,7
Total	60	100,0

16. Serviço médico / odontológico interno

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	1	1,7
Bom	13	21,7
Regular	29	48,3
Insuficiente	17	28,3
Total	60	100,0

17. Materiais / equipamentos necessários ao atendimento médico / odontológico

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	1	1,7
Bom	6	10,0
Regular	21	35,0
Insuficiente	31	51,6
Não opinou	1	1,7
Total	60	100,0

18. Segurança interna

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	2	3,4
Bom	14	23,3
Regular	26	43,3
Insuficiente	17	28,3
Não opinou	1	1,7
Total	60	100,0

19. Área de convivência social

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	4	6,7
Bom	17	28,3
Regular	16	26,7
Insuficiente	23	38,3
Total	60	100,0

20. Serviço psicológico /Assistente social

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	1	1,7
Bom	5	8,3
Regular	19	31,7
Insuficiente	35	58,3
Total	60	100,0

DOCENTE II – Quanto às condições de trabalho e de infra-estrutura para o funcionamento do Curso:

5. Condições gerais (físicas) da biblioteca (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	3	10
Bom	16	51
Regular	8	26
Insuficiente	1	3
Não opinou	3	10
Total	31	100

6. Organização e acesso ao acervo da biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	13	17
Bom	34	44
Regular	24	31
Insuficiente	6	8
Total	77	100

7. Atualização do acervo da biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	9	12
Bom	5	6
Regular	4	5
Insuficiente	58	76
Não opinou	1	1

Total	77	100
--------------	-----------	------------

8. Horário de atendimento da biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	5	7
Bom	0	0
Regular	0	0
Insuficiente	68	92
Não opinou	1	1
Total	74	100

9. Atendimento pelos funcionários da biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	18	24
Bom	5	7
Regular	8	11
Insuficiente	44	57
Não opinou	1	1
Total	76	100

10. Atendimento informatizado da biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	26	34
Bom	4	5
Regular	4	5
Insuficiente	43	56
Total	77	100

11. Quantidade de computadores para acesso a Internet disponibilizados pela biblioteca

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	12	16
Bom	53	69
Regular	6	8
Insuficiente	5	7
Total	76	100

12. Condições físicas e materiais das salas de aula (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza, disponibilidade de material didático)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	7	9
Bom	27	35
Regular	24	31
Insuficiente	19	25
Total	77	100

13. Condições das instalações dedicadas à prática ou a experimentações (laboratórios, oficinas pedagógicas, outros)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	11	14
Bom	32	42
Regular	18	23
Insuficiente	16	21
Total	77	100

14. Acesso às tecnologias de informação e comunicação (retroprojetor, vídeo, TV, computador, data-show)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	17	22,1
Bom	24	31,2
Regular	16	20,7
Insuficiente	20	26,0
Total	77	100

15. Infra-estrutura de apoio para sua permanência em período integral no CEFET (lanchonete, estacionamento, segurança, banheiro, restaurante, funcionários)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	9	11,7
Bom	36	46,7
Regular	17	22,1
Insuficiente	15	19,5
Total	77	100

16. Local para realização das atividades docentes (estudo, preparação de aula, atendimento a alunos, orientação TAC, outros)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	8	10
Bom	38	50
Regular	20	26
Insuficiente	11	14
Total	77	100

17. Acessibilidade a pessoas com necessidades especiais (rampas, banheiros adequados, sinalização, inclusive Braille)

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	12	16
Bom	27	36
Regular	25	33
Insuficiente	11	15
Total	75	100

18. Serviço médico-odontológico interno

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	5	6
Bom	32	42
Regular	28	36
Insuficiente	12	16
Total	77	100

19. Serviço de Psicólogo- Assistência Social

Respostas	N.º Absoluto	%
Ótimo	10	6
Bom	35	42
Regular	24	36
Insuficiente	8	16
Total	77	100

Ações programadas na proposta	Ações realizadas	Resultados alcançados		Observações:
		Fragilidades	Potencialidades	
Condições gerais (físicas) da biblioteca (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza)	Visita à Biblioteca Aplicação questionário – docente, aluno, técnico-administrativo	Atualização do acervo Horário de atendimento; Quantidade de computadores para acesso a Internet disponibilizados pela biblioteca Atendimento informatizado da biblioteca Atendimento pelos funcionários da biblioteca	Condições gerais (físicas) da biblioteca (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza); Organização do acervo;	
Condições gerais (físicas) da sala de aula		Serviço de Psicólogo- Assistência Social	Condições físicas e materiais das salas de aula (ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza, disponibilidade de material didático)	

<p>Condições gerais local de trabalho (administrativo)</p>		<p>Mobiliário regular; Equipamentos e recursos tecnológicos regular Quantitativo recursos humanos insuficiente Cantina (insuficiente) Serviço médico-odontológico regular Material e equipamento Serviço médico-odontológico insuficiente Segurança interna regular</p>	<p>Condições das instalações dedicadas à prática ou a experimentações (laboratórios, oficinas pedagógicas, outros) Acesso às tecnologias de informação e comunicação (retroprojeto, vídeo, TV, computador, data-show) Infra-estrutura de apoio para sua permanência em período integral no CEFET (lanchonete, estacionamento, segurança, banheiro, restaurante, funcionários) Local para realização das atividades docentes (estudo, preparação de aula, atendimento a alunos, orientação TAC, outros) Comunicação interna no CEFET Acessibilidade a pessoas com necessidades especiais (rampas, banheiros adequados, sinalização, inclusive Braille) Serviço médico-odontológico interno</p> <p>Material de consumo suficiente Instalações sanitárias boas;</p>	
--	--	---	--	--

